

Projeto de extinção dos manicômios provoca polêmica entre psiquiatras

Grupo de 70 médicos quer convencer senadores a votar contra proposta de deputado mineiro

LINA DE ALBUQUERQUE

Um documento assinado por 70 médicos está acirrando o fogo cruzado que atualmente divide os psiquiatras brasileiros. O grupo repudia um projeto de autoria do deputado Paulo Delgado (PT-MG), que prevê a extinção progressiva dos manicômios do País e confere ao doente o direito de solicitar uma reavaliação do motivo de sua internação. Os opositores da proposta, aprovada em 14 de dezembro pela Câmara dos Deputados, pretendem encaminhar o abaixo-assinado ao Congresso antes que o texto de Delgado seja definitivamente avaliado pelo Senado.

Num sucinto projeto de lei de quatro artigos, o deputado propõe a criação de programas de atendimento em unidades psiquiátricas dentro de hospitais gerais e a substituição do sistema tradicional de internações pelo chamado "hospital-dia". Nesse novo modelo, os pacientes contariam com recursos de terapias ocupacionais. Com o objetivo de reduzir as internações e o tempo de permanência nos hospitais, Delgado também quer impedir a construção de novos asilos psiquiátricos no País. Segundo o projeto, será oferecida ao paciente que não concorde em ser internado a possibilidade de ter seu laudo médico reavaliado por intervenção do poder público.

INTERNAÇÃO COMPULSÓRIA

"Espero que o Senado não acolha essa idéia absurda, resultado de teses antipsiquiátricas e esquerdistas que desprezam os componentes biológicos da doença mental", afirma o psiquiatra Paulo Fraletti, ex-diretor do Manicômio Judiciário e do Conjunto Hospitalar do Juqueri. A proposta do deputado foi inspirada na luta do psiquiatra italiano Franco Basaglia (1924-1980),



Fernando Sampaio/AE- 02/04/91

Fraletti: "teses antipsiquiátricas e esquerdistas que desprezam componentes biológicos da doença"

responsável pela reestruturação do modelo hospitalar da Itália. O combate aos manicômios empreendido pelo psiquiatra culminou com a aprovação da chamada Lei Basaglia, em 1978, que proibiu a construção de novos asilos psiquiátricos públicos na Itália e previu o fim dos existentes.

Um dos argumentos que se destacam no coro dos 70 médicos contrários ao projeto diz respeito ao suposto fracasso atribuído à corrente da antipsiquiatria. "A Lei Basaglia e o processo de desativação dos hospitais psiquiátricos nos Estados Unidos levaram milhares de doentes mentais a mendigar pelas ruas", critica um dos signatários do documento, o psiquiatra Benedicto Arthur Sampaio, proprietário da Clínica de Repouso Borda do Campo, em Santo André. Ele também rejeita a proposta de extinção da internação compulsória, realizada sem o consentimento do doente. Em sua opinião, a perturbação mental pode invalidar a escolha por

parte do paciente. "A loucura nega-se pela própria natureza — pois admitir-se louco é estar um pouco curado", argumenta.

DIREITOS

A legislação psiquiátrica de 1934 dá o direito à família ou ao poder público de internar o paciente, mesmo contra sua vontade. Do ponto de vista do psiquiatra Nacile Daud Júnior, coordenador do Programa de Saúde Mental da Secretaria Municipal de Saúde, essa lei oferece margem a abusos — como, por exemplo, um pai internar o filho em virtude de algum tipo de atrito, sem que ele esteja necessariamente louco. Foi o que ocorreu com o ator e teatrólogo Austregésilo Carrano, autor do livro *Canto dos Malditos*, que foi recolhido a um hospício depois que o pai descobriu um cigarro de maconha no bolso de sua jaqueta. Na época, Carrano tinha 17 anos. De acordo com o projeto de Delgado, o doente que não quiser ser internado deve ter o di-

reito de ser reavaliado por um psiquiatra convocado pelo poder público.

O documento contra o projeto de Delgado, que será brevemente encaminhado ao presidente do Senado, Mauro Benedito, conta ainda com as assinaturas dos psiquiatras e professores José Roberto Fortes, chefe do departamento de Psiquiatria da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP); Maurício Levy Júnior, da Escola Paulista de Medicina; Carol Soneireich, da Faculdade de Medicina de Botucatu da Universidade Estadual Paulista (Unesp), e Décio Pinto de Moura, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Na avaliação da psiquiatra Ofélia Neri, presidente da Associação Psiquiátrica da Bahia, o ânimo dos defensores do projeto de Delgado não será arrefecido. "A Associação Brasileira de Psiquiatria, que tem 2.300 associados, apóia inteiramente a proposta de humanização do tratamento psiquiátrico no Brasil", garante.